

Avaliação e uso do livro didático de língua inglesa: o olhar de professores da rede pública de ensino

Evaluation and use of the English language coursebook: the view of public school's teachers

Alan Rodrigo de Paiva Gonçalves¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a percepção docente sobre o processo de avaliação e seleção do Livro Didático (LD) de Língua Inglesa, aprovados no PNLD 2017, e problematizar algumas condições de seu uso por professores da rede pública de ensino de 4 cidades do Estado do Rio de Janeiro. Os estudos da área de materiais didáticos apontam sempre para o valor sócio-pedagógico que os LD conquistaram nas salas de aula de Língua Adicional (TILIO, 2006; DIAS, 2009; RAMOS, 2009; TOMLINSOM, 2011; SILVA, 2013). Assim, 9 professores da rede pública participaram da pesquisa, através de 2 instrumentos: questionário e entrevista. Logo, pudemos concluir que avaliar e selecionar um LD não é tarefa simplória, assim como a opção pelo (não-)uso do LD não é consensual entre os participantes. Tais resultados levam em consideração o diverso contexto das aulas de línguas e, também, as escolhas profissionais de cada professor. Portanto, salientamos a importância das IES incluírem em seu currículo disciplinas que lidem com o processo de avaliação e seleção de LD e que os professores acompanhem produções acadêmicas da área e realizem suas próprias pesquisas, contribuindo para a produção e circulação de conhecimento, de modo que haja um refinamento da percepção do ato de avaliar LD.

Palavras-chave: Avaliação de Livro Didático. Seleção de Livro Didático. PNLD.

ABSTRACT

The goal of this paper is to analyze the teachers' perceptions concerning the process of evaluation and selection of the English Language Coursebook, approved in the National Program of Book and Teaching Material 2017, and to problematize some conditions of its use by public school teachers of 4 cities in the State of Rio de Janeiro. Studies in the field of teaching materials always focus on the socio-pedagogical value that coursebooks have achieved in Additional Language classrooms (TILIO, 2006; DIAS, 2009; RAMOS, 2009; TOMLINSOM, 2011; SILVA, 2013). Thus, 9 public school teachers took part of the research, through 2 instruments: questionnaire and interview. Therefore, we concluded that evaluating and selecting a coursebook is not a simple task, just as the option for (non-)use of the coursebook is not consensual among the participants. Such results take into account the diverse context of language classes and also the professional choices of each teacher. Therefore, we emphasize the importance of teaching Institutions to include in their curriculum disciplines that deal with the evaluation and selection process of coursebooks and that teachers follow academic productions in the area and carry out their own research, contributing to the production and circulation of knowledge, so that there is a refinement of the perception of the act of evaluating coursebooks.

Keywords: Evaluation of coursebooks. Selection of coursebooks. National Program of Book and Teaching Material.

¹ Professor de inglês do Colégio Pedro II. Doutorando em Linguística Aplicada pelo Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro/RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0950-1123>. E-mail: alan.rodriigo@letras.ufrj.br.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa² foi fruto do meu interesse acadêmico-profissional no que tange à avaliação, produção e distribuição de materiais didáticos, em especial livros didáticos (LD) vinculados ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Dessa forma, sua realização se alinha ao crescente número de pesquisas sobre LD, com diversas temáticas e enfoques, incitadas provavelmente pela atual abrangência do PNLD. Além disso, há a necessidade de mais pesquisas relativas ao assunto por parte dos agentes usuários/destinatários (professores e alunos), como Silva (2013) sugere. Desse modo, o olhar para a avaliação do LD se torna de grande importância para a área. Dias (2009), por exemplo, disponibiliza uma ficha, criada pela própria autora, com o propósito de elencar critérios para a avaliação de LD do Ensino Fundamental. De forma similar, Tilio (2016) propõe macro-critérios para a escolha de LD, baseado nos conceitos de multiletramentos e letramento crítico. E até mesmo o Guia do PNLD³ fornece uma lista com vários critérios para auxiliar o professor a escolher o LD que irá usar na escola. Entretanto, desconheço trabalhos acadêmicos voltados para a percepção de como os critérios de avaliação, escolha e uso na rede pública de ensino são apropriados e colocados em prática pelos professores e, portanto, espero tentar tecer reflexões suficientes que contribuam para enriquecer essa carência.

Portanto, este é um trabalho de natureza qualitativa e de cunho interpretativista em que analiso as contribuições de 9 professores da rede pública provenientes de 4 cidades do Estado do Rio de Janeiro, através de dois instrumentos de pesquisa, questionário e entrevista, em que o foco de análise recai sobre as condições de avaliação, feita pelos professores, das coleções didáticas de Língua Inglesa (LI), aprovadas no PNLD 2017.

Em um primeiro momento, descrevo alguns motivos pelos quais o LD se torna, e vem se tornando, um objeto de grande importância no processo de ensino e aprendizagem e o caracterizo como sendo um hipergênero (TILIO, 2016). Em seguida, traço uma breve trajetória histórica do LD de LI no PNLD, para, então, discutir o seu processo de avaliação realizado pelos participantes da pesquisa em suas escolas (os professores), além de problematizar algumas condições de uso do material. Ao final, apresento os resultados das análises, refletindo e propondo como eles podem contribuir para a área de estudos de materiais didáticos e de ensino e aprendizagem de línguas.

2 A CARACTERIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO, SUA TRAJETÓRIA NO PNLD E CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA AVALIAÇÃO E USO

Para exemplificar a condição de papel chave do LD no ensino de LI, evoco autores como Dias (2009), Souza (2011a), Coracini (2011) e Silva (2013) que alegam que o LD, muitas vezes, é o único material de acesso ao conhecimento tanto por parte de alunos quanto por parte de professores. Contudo, tal constatação não abrange, por

² Este trabalho é uma versão revista e atualizada de uma Monografia de Conclusão de Curso apresentada à Secretaria de Pós-graduação em Educação Básica na modalidade de Ensino de Língua Inglesa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ em 2017. Agradeço à professora Vera Lúcia Teixeira da Silva pelas contribuições acadêmicas valiosas e pelo seu olhar crítico, porém zeloso, sobre as reflexões tecidas durante a redação deste trabalho.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>. Acesso em: 01/04/2023. Neste sítio, podemos encontrar os documentos que reúnem os princípios e critérios norteadores para a aprovação ou reprovação das obras, bem como as fichas de avaliação que incluíram os critérios gerais e específicos de avaliação definidos pelos Editais do PNLD.

exemplo, os contextos em que o professor opta por não utilizar o LD, o que significa dizer que, nesse caso, o professor e os alunos não teriam acesso a outros tipos de materiais, acarretando, desta forma, algum tipo de deficiência pedagógica. Ainda assim, tenho acordo com a premissa de que o LD tem um papel destacado e de centralidade no uso em sala de aula de Língua Adicional nos contextos das escolas públicas brasileiras. Tilio (2006) salienta que “apesar de não ser condição *sine qua non* para que uma situação de ensino e aprendizagem se concretize o livro didático está presente em quase todas as situações de ensino e aprendizagem de inglês” (TILIO, 2006, p. 106). O autor também alega que o livro é, sem dúvida, a principal fonte de informação no contexto pedagógico.

Neste trabalho, o LD é caracterizado como sendo um objeto bem mais complexo do que um recurso pedagógico. Segundo Tilio (2017), ele é um “porto seguro” (*safe heaven*) para os seus usuários (alunos e professores) e fornece um banco de materiais a ser escolhido e usado pelo professor de acordo com sua necessidade. Segundo o autor, o LD é mais um elemento de mediação no processo de ensino e aprendizagem, não sendo o único. Além disso, com a proposta do PNLD, o livro didático contemporâneo, e aspirante a enfileirar as estantes das escolas públicas brasileiras, deve necessariamente se preocupar com a formação plena da cidadania dos alunos, com vistas ao acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. Portanto, a proposta de um LD contemporâneo deve entender que “o propósito do ensino e aprendizagem da língua inglesa é emponderar os alunos a se tornarem cidadãos que são usuários autônomos da língua” (TILIO, 2017, p. 71).

Outra caracterização importante a ser considerada é realizada por Bunzen Júnior (2005), em que o autor defende que o LD (no caso, de Língua Portuguesa) é um gênero do discurso, pois ele constrói uma rede intertextual, dialógica e alinhada que vai compor de forma múltipla esse gênero do discurso (BUNZEN JÚNIOR, 2005, p. 35). Por essa mesma perspectiva, então, concordo com Tilio (2016) quando o autor diz que o LD promove a prática discursiva, se caracterizando como um hipergênero, ou seja, um gênero estruturador e que didatiza outros diversos gêneros (TILIO, 2016). Ele deve estar a serviço da prática do professor e, não, o oposto, pois ele é a materialidade física de um objeto que necessita da ação humana para que suas finalidades pedagógicas sejam alcançadas (SILVA, 2016). A figura do professor como um agente ativo nesse processo, então, é crucial: cabe a ele elencar critérios sistemáticos e coerentes com sua prática para selecionar, optar (ou não) pelo uso, adaptar, complementar e suplementar o LD, de acordo com as necessidades advindas do seu fazer pedagógico.

Portanto, há um consenso entre os pesquisadores da área de estudo de materiais didáticos em atribuir uma grande importância ao LD. Este, por sua vez, tem um papel chave na condução das aulas de Língua Adicional, quando o professor opta por usá-lo. Além dessas relações pedagógicas, também há relações histórico-político-sociais, pois o LD faz parte de uma política de estado, o PNLD, acrescentando a essas relações a relação econômica, como será discutido adiante.

A partir de 2011, foram incluídos no PNLD os livros de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) (inglês e espanhol⁴). O ano de 2016 foi o ano de escolha dos LD aprovados no PNLD 2017 para serem usados no próximo triênio nas escolas públicas do Ensino Básico. Dias (2009, p. 200) recorda que o programa “vem, desde 1996, assumindo a função de

⁴ A partir do PNLD 2020, a disciplina de espanhol foi retirada dos editais do Programa arbitrariamente; com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passa a tratar a língua inglesa como “obrigatória”, o nome do componente curricular passa a ser apenas “Língua Inglesa” em detrimento de outras línguas adicionais, como o espanhol e o francês (que, aliás, nunca foi contemplado pelo Programa).

avaliar, adquirir e distribuir gratuitamente obras para as várias disciplinas do núcleo comum do ensino fundamental". Esse processo de escolha é resultado do PNLD (Brasil: MEC/SEF 2009), iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No portal virtual do MEC, são encontrados os editais de convocação para as editoras candidatarem suas obras, com vistas à sua aprovação pelo crivo avaliativo do próprio Programa. Após essa avaliação técnica e pedagógica feitas por diversos professores e pesquisadores, é elaborado um Guia de Livros Didáticos (GLD) que contém as informações sobre a escolha, assim como os critérios utilizados para a seleção e resenhas das coleções que obtiveram sucesso no PNLD. Após a aprovação das coleções, o Governo Federal é responsável pela aquisição e distribuição gratuita dessas obras, a partir das escolhas feitas pela comunidade escolar⁵ das escolas públicas brasileiras.

Segundo o GLD (BRASIL, 2016, p. 7), o próprio documento é o resultado de um amplo processo de avaliação que envolve diversos profissionais, como pesquisadores, professores, gestores e técnicos, que trabalharam em conjunto para avaliar as coleções didáticas destinadas ao ensino de LEM, Língua Espanhola e Língua Inglesa, nos anos finais do ensino fundamental. Os avaliadores das coleções submetidas ao PNLD 2017 são professores de língua adicional, atuantes nos ensinos fundamental, médio e superior, representativos de quinze estados brasileiros, distribuídos em todas as cinco regiões. Essa diversidade de experiências dos avaliadores é tida como essencial para um processo de avaliação mais sensível às diferentes realidades de ensino do país, assim como aos sujeitos envolvidos nas práticas cotidianas de ensinar e aprender línguas, professores e alunos.

O GLD-PNLD 2017 reúne as avaliações das oito coleções aprovadas, três de Língua Espanhola e cinco de Língua Inglesa. Cada uma das coleções aprovadas é apresentada por meio de uma resenha que aborda os aspectos principais avaliados no conjunto da obra e em cada volume que a integra. A resenha estrutura-se a partir dos seguintes tópicos: visão geral, descrição, análise da obra e em sala de aula.

Logo após a avaliação, as coleções aprovadas são enviadas às escolas e o Guia de Livros Didáticos fica disponível no *site* do MEC para que a comunidade escolar consulte e conheça o processo de escolha dessas coleções.

Ainda no Guia, ao professor é dada

[...] a responsabilidade de analisar, juntamente com a sua comunidade escolar, a coleção que melhor atende aos seus anseios, interesses e necessidades, sempre buscando observar as características de seu contexto de vivência e atuação profissional. O livro didático pode ser um importante aliado em sala de aula, sobretudo se as concepções de língua e de ensinar e aprender baseiam-se na compreensão de que só se aprende língua no uso e na vivência de experiências significativas de interação e de reflexão. Por isso a importância de se fazer uma boa escolha (BRASIL, 2016, p. 8).

A descrição das diretrizes trazidas no documento citado é para demonstrar que o LD passa por um rigoroso processo de avaliação desde sua submissão ao programa. Em especial, chamo à atenção para a orientação de que o professor tem a tarefa de analisar as resenhas distribuídas e escolher, a partir daí, o LD para ser usado na escola.

É claro que, mesmo com o que seja considerada uma boa escolha, o uso da coleção escolhida por si só não garante êxito no processo de ensino-aprendizagem,

⁵ Sendo um dos principais interlocutores do LD, os professores são convidados a escolher as coleções, mas essa tarefa não é exclusiva a eles. A distribuição dessas coleções é compulsória; logo, caso haja algum caso em que os professores de determinada disciplina não escolham o LD, por quaisquer motivos, a direção administrativa da escola é obrigada a fazê-la.

tampouco significa "a solução de todos os problemas relacionados à aprendizagem de LE no contexto da escola pública" (SANTOS JORGE e TENUTA, 2011, p. 127). Todavia, as autoras, assim como Silva (2013), atribuem à inclusão do componente curricular LEM no PLND uma significativa mudança no tratamento e na qualidade das propostas do LD. Houve um considerável incentivo para a consolidação de outras políticas vinculadas à existência desse livro, tais como a de produção acadêmica, de projetos de formação para professores e de fortalecimento das bibliotecas escolares.

No que tange à avaliação do LD feita pelos professores nas escolas, trago à luz a noção de avaliação impressionista (CUNNINGSWORTH, 1995). Trata-se de uma avaliação pré-uso, com base na opinião e na intuição do professor após um breve e superficial contato com o material. Isto significa que não há o emprego sistemático de princípios, critérios e instrumentos de avaliação. O autor diz o seguinte:

A avaliação impressionista, no caso do livro didático, pode ocorrer, por exemplo, num simples folhear de páginas e leitura da capa e contra-capas. Este tipo de avaliação geralmente é justificado pela experiência do professor. No entanto, é necessário ressaltar que esta avaliação pode sofrer forte influência de crenças (VILAÇA, 2010, p. 7).

Em síntese, esse tipo de avaliação é a mais comum, pelo menos em um primeiro contato com o LD. Acredito que, independentemente de qual instrumento esteja disponível (resenha ou o LD físico), o importante é o estabelecimento de critérios condizentes com as necessidades específicas do contexto pedagógico. Há de se mencionar que a avaliação impressionista demanda bem menos trabalho e, talvez, sendo por isso mais comum. Entretanto, defendo que ela não deva ser o critério primordial que defina a escolha.

A avaliação, segundo Tomlinson (2011, p. xiv), pode ser dividida em momentos. Eles podem ser o pré-uso (análise do perfil e necessidade dos alunos, objetivo e foco do momento de aprendizagem), o em uso (as propostas que foram bem-sucedidas, os aspectos que podem ser melhorados) e o pós-uso (o resultado das propostas de atividades, *feedback* dos alunos e professores, atualizações referentes a datas, fatos e acontecimentos citados no material). Logo, o professor que usa o LD estaria suscetível a, basicamente, três momentos: a avaliação impressionista ou geral, em decorrência de um primeiro contato com o LD; a avaliação decorrente do uso em sala, complementando, suplementando e/ou omitindo as atividades propostas; e, finalmente, um momento pós-uso, em que o professor decidiria quais propostas foram bem-sucedidas para o uso posterior ou omissão de tal material.

Selecionar apropriadamente, então, significa a eleição de critérios condizentes com cada contexto pedagógico. Abaixo, encontra-se uma boa síntese do ato de avaliar um LD:

[...] ao avaliar, com base nos critérios fornecidos, o professor pode julgar se seu livro didático incorpora princípios sólidos sobre o processo de aprendizagem em LE e se ele traduz esses princípios sólidos sobre o processo de aprendizagem em LE e se ele traduz esses princípios em atividades significativas para o desenvolvimento das capacidades dos alunos para ler, escrever, ouvir e falar de uma maneira competente em contextos reais de interações (DIAS, 2009, p. 202).

Os critérios usados para a avaliação podem ser fornecidos, como foi explicitado acima, ou elaborados pelo próprio professor já que é ele o profissional responsável pela condução e mediação das aulas, primordialmente. Para tanto, o professor deve tanto acompanhar as produções acadêmicas da área quanto realizar suas próprias pesquisas, contribuindo para a produção e circulação de conhecimento, de modo que haja um refinamento da sua percepção do material disponível para uma avaliação satisfatória.

Considerando que o uso de qualquer LD, nas escolas públicas, não seja obrigatório, defendo a ideia de que os professores usem os LD disponíveis nas escolas da rede pública de ensino da melhor maneira possível. Tal recomendação se configura pela crença de que o LD é mais um recurso frutífero disponível na sala de aula e pela realidade de sua distribuição nas escolas públicas brasileiras, o que configuraria, no mínimo, uma responsabilidade com o dinheiro público investido no PNLD. Outro fator que embasa tal defesa pelo uso do LD é a premissa da autonomia do professor da rede pública para usar esse material como lhe convier, de preferência pautado em objetivos pedagógicos sólidos, condizentes com a realidade de seu contexto profissional. Ao adaptar, complementar, suplementar e omitir atividades, selecionar textos, utilizar figuras etc., contidas no LD, pode poupar um tempo considerável que seria gasto desenvolvendo totalmente atividades que já estão a sua disposição.

3 O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de caráter qualitativo em que se procura entender e interpretar fenômenos sociais inseridos em um determinado contexto (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 34). Dessa forma, utilizei dois instrumentos de pesquisa, questionário e entrevista, cujas análises tiveram como base uma perspectiva interpretativista. Para tanto, elaborei e apliquei um questionário semiestruturado com perguntas de caráter descritivo/narrativo. A pesquisa teve início a partir das seguintes questões:

1. Como foram feitas as escolhas dos LD nas escolas-alvo da pesquisa?
2. Quem foi responsável por tal escolha?
3. Quais os critérios utilizados no processo?

Após a elaboração do questionário, convidei 9 professores da rede pública de ensino a participar da pesquisa por meio eletrônico. Delimitei o convite aos professores da rede pública por se assimilar com minha realidade e por pressupor que, nesse setor, a autonomia de escolha do LD (até mesmo a opção pelo não uso do mesmo) seria maior. O questionário foi elaborado a fim de traçar o perfil acadêmico/profissional dos professores; investigar o papel que o LD tem no planejamento de suas aulas; mostrar como foi feito o processo de escolha dos LD nas escolas; de que forma (e se) os professores usam o LD; e como é a experiência em relação ao seu uso. As análises foram feitas de acordo com a ordem das perguntas do questionário. As respostas dos professores foram transcritas, respeitando fidedignamente os dados e as condições de produção.

Considerando as limitações de um questionário, houve a necessidade de realizar entrevistas com os professores para complementar os dados obtidos com o primeiro instrumento (questionário). Assim, as perguntas da entrevista serviram ao objetivo de verificar e expandir aspectos que não ficaram nítidos durante o preenchimento do questionário. Além disso, a entrevista se deu como uma forma de rever/gerar dados relevantes à pesquisa, não contemplados nas respostas ao questionário.

O campo de atuação de atuação dos professores compreende o Estado do Rio de Janeiro, englobando os municípios da capital (Rio de Janeiro), São Gonçalo, Niterói e Itaboraí. Os professores têm diferentes tempos de experiência e trabalham em segmentos variados, contudo, todos atuam na rede pública. Para preservar as suas identidades, eles serão identificados como P1, P2 (...) e assim por diante.

Os professores que foram convidados a responder o questionário têm tempo de experiência no ensino de inglês bem diverso (que varia entre 2 anos a 20 anos). Outro fator que considero determinante para a escolha do LD, é o perfil acadêmico dos professores. Naturalmente, todos possuem licenciatura em Português-Inglês; 7 deles possuem especialização em alguma área; 3 deles possuem mestrado em alguma área; e 1 possui doutorado em alguma área. Em tese, o professor que possuir maior contato com o meio acadêmico terá maior chance de estar atualizado nas discussões recentes que envolvem o LD.

É importante pontuar que, dos 9 professores que responderam ao questionário, apenas 5 realizaram a entrevista. Dessa forma, os dados gerados nesse instrumento foram a partir das falas dos participantes: P1, P2, P4, P7 e P8. O contato foi feito com todos os professores que se dispuseram a responder o questionário. Contudo, por motivos diversos, P3, P5, P6 e P9 não participaram da segunda etapa. Isso, contudo, não prejudicou o andamento da pesquisa, porque ela é concebida sob o paradigma qualitativo/interpretativista que se preocupa com o entendimento e interpretação de situações que estão inseridas em um dado contexto.

4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Nesta seção, organizo as respostas dos professores fornecidas por meio do questionário. Selecionei algumas perguntas consideradas mais relevantes e em que os professores deram respostas mais satisfatórias e completas. Os temas abordados nesta seção variam entre o planejamento da disciplina de língua inglesa, a autoria e uso de materiais didáticos, o uso e a seleção (e os critérios utilizados no processo) de LD nos contextos dos participantes da pesquisa.

4.1 Como é feito o planejamento de inglês do ano letivo? Quem faz esse planejamento?

Primeiramente, todos os professores alegaram ser responsáveis por esse planejamento, o que era de se esperar. P2 cita o currículo mínimo⁶ e deixa explícito que o LD é determinante no planejamento:

Excerto 1

Na Rede Estadual, tenho as diretrizes do currículo mínimo, mas sou o responsável pelo planejamento anual, já na rede municipal tenho o MD [material didático] da prefeitura e o planejamento dado pela Secretaria de Educação (P2 – questionário).

Essa resposta corrobora a afirmação de Santos Jorge e Tenuta (2011), que o LD “muitas vezes define o conteúdo do ano letivo, o planejamento das aulas, as propostas de avaliação e os métodos e técnicas de ensino a serem utilizados pelo professor” (p. 124). Ele ainda afirma que “na rede municipal eu tenho que seguir o material didático (MD) da prefeitura”. O LD, por conseguinte, é obrigatório, ditando o que vai ser ensinado. Como se pode perceber, P2 deixa claro que o “MD da prefeitura” compõe o planejamento, além de ele seguir o planejamento dado pela Secretaria de Educação.

⁶ Documento que regia a estrutura curricular do ensino da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro até a implementação da Base Nacional Curricular Comum.

P5 diz que o planejamento é feito individualmente e são utilizadas “2 unidades do livro por bimestre no [nome do colégio]”⁷. Ou seja, em cada bimestre, são usadas unidades do LD, compondo a matriz curricular desta escola.

P6 também deixa clara a inserção do LD no planejamento do ano letivo. Na verdade, ele é essencial: “Através do plano de curso, consultando o conteúdo dos livros didáticos a serem trabalhados e do currículo mínimo”. P6 tenta, portanto, vincular o conteúdo dos LD e do currículo mínimo, tarefa que não é fácil, porque não há uma consonância entre os dois materiais.

4.2 Como são divididos os conteúdos de inglês por bimestre?

Essa pergunta foi elaborada para verificar se o LD exerce qualquer influência sobre o planejamento. P1, P2, P3, P4, P7 e P8 declararam que seguem o currículo mínimo, trabalhando com gêneros textuais/discursivos nas escolas estaduais. Nas respectivas prefeituras em que trabalham, P2 diz que “o conteúdo é dividido de acordo com o MD” e P4 alega que “na Prefeitura, há apenas orientações, mais voltadas para um programa conteudista”. A resposta de P2 reforça, mais uma vez, a importância que é dada ao LD, já que ele define por completo o programa de curso de um sistema educacional municipal. P5 se baseia nas unidades do livro (2 a cada bimestre) e o P6 fornece uma resposta confusa: “De acordo com o cronograma de aulas por bimestre”. O relato de P8 é o seguinte:

Excerto 2

Já em [município], esta divisão parece mais com as divisões que aparecem nos livros didáticos na parte do sumário. Observo, por exemplo, que o sexto ano do EF “deve aprender” vocabulário. Logo, a parte lexical e mais explorada do que a gramatical – partes da casa, família, animais, comida, por exemplo, junto ao verbo To Be, There is/ There are, numbers, sem considerar as instâncias de produção, gêneros discursivos... com o passar das séries os alunos ficam mais expostos à gramática, somente...no oitavo e nono ano, por exemplo, o conteúdo se restringe, apenas, a conceitos gramaticais” (professora P8 – questionário).

O relato acima corrobora a influência do LD no planejamento pedagógico uma vez que as unidades do livro servem de guia para a divisão dos conteúdos a serem ministrados. Pode-se observar também a crítica que P8 faz ao próprio conteúdo do livro, em que os 6º e 7º anos carecem de insumo gramatical mais sólido, sendo expostos apenas a vocabulário basicamente, e os 8º e 9º anos têm um conteúdo restrito “a conceitos gramaticais”. Além disso, considero positivo o fato de P8 mencionar “as instâncias de produção” e “gêneros discursivos” que, segundo esse participante, estão presentes nas obras das duas primeiras séries desse segmento educacional. Isso demonstra, ao menos, um olhar diferenciado sobre a proposta de ensino desse professor, indicando uma percepção que vai além do ensino tradicional.

4.3 Que materiais didáticos você geralmente usa nas suas aulas? Quem fornece e/ou prepara esses materiais?

É importante notar que todos os professores entenderam que “materiais didáticos” não se restringiam apenas ao LD. Tomlinsom (2011) define material didático como “qualquer coisa que é usada pelos professores ou aprendizes para facilitar o aprendizado

⁷ Para preservar as identidades dos(as) professores(as), não serão divulgados os nomes das escolas nem os municípios em que os mesmos trabalham.

da língua.” Ou seja, é “qualquer coisa que é usada para ajudar os aprendizes a aprender” (p. xiii). O LD, portanto, é entendido pelos professores como sendo apenas um dos mais variados tipos de materiais didáticos e não o único.

Os professores P1, P4 e P5 não deixaram explícito se usam ou não algum LD. P2 prefere utilizar mídias digitais variadas; além disso, ele diz que “No Estado eu uso o Livro Didático e as fichas que eu preparo, no município, tenho que usar o MD elaborado por uma rede de idiomas”. Ao usar o LD, P2 sente a necessidade de complementar este material com “fichas”, preparadas por ele, em que se pode perceber a autonomia que ele tem em sua prática para adaptação do material de acordo com sua realidade. No município, não só ele é obrigado a usar o MD fornecido, como este é elaborado por uma rede de idiomas. O PNLD de Língua Inglesa (terminologia atual, como discutido acima) se restringe, até o momento, aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, portanto, não disponho de qualquer informação oficial sobre essa relação público-privada que acontece nesta prefeitura em questão. Desconheço o processo de avaliação (se houver) que o governo tem para fiscalizar o conteúdo e qualidade desses LD de LI fornecidos a tal prefeitura. A resposta de P3 é a seguinte:

Excerto 3

Usamos materiais diversos uma vez que nosso objetivo é fazer com que o aluno saia da escola conseguindo se comunicar. Logo utilizamos livros de editoras estrangeiras e atividades tiradas da internet a fim de termos aulas mais dinâmicas e significativas para o estudante (P3 – questionário).

Aqui há o objetivo bem definido de “fazer com que o aluno saia da escola conseguindo se comunicar”, o que indica que há uma valorização da produção oral. Depois da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o ensino de leitura ficou bem mais valorizado, o que não necessariamente exclui as outras habilidades (escrita, compreensão oral e produção oral). Eles usam “materiais diversos” e “atividades tiradas da internet” nas aulas, a fim de compor os MD utilizados. O uso do LD, no entanto, é bem intrigante. P3 alega que utilizam “livros de editoras estrangeiras”, mas não esclarece o motivo. Acredito que ele, junto com o grupo de professores de sua escola, considere apenas as editoras estrangeiras capazes de promover o que ele chama de “fazer com que o aluno saia da escola conseguindo se comunicar”. Este é um pensamento bastante comum entre muitos professores e, VILAÇA (2009) considera esta concepção perigosa e, de certa forma, preconceituosa, uma vez que possibilita a construção e transmissão de uma visão segundo a qual os materiais publicados por editoras nacionais ou desenvolvidos por professores não nativos da língua-alvo seriam de qualidade inferior. P8 diz:

Excerto 4

Em [município], eu preparo o meu próprio material e, geralmente, as aulas são mais expositivas, pois, a escola não fornece nem fotocópias aos professores (P8 – questionário).

Essa crítica ao sistema escolar, reconhecida pela dupla negativa “não fornece nem fotocópias aos professores” pode ser considerada bastante familiar aos professores. Assim como o fato de ele preparar seu próprio material. Na cidade em que trabalha, ele diz:

Excerto 5

(...) temos um armário de Inglês na sala dos professores e cada professor pode compartilhar e utilizar os materiais que já foram elaborados pelos professores. Além disso, preparo meu próprio material e é possível conseguir que eles sejam “xerocados” com antecedência (P8 – questionário).

Isso revela outro exemplo de uma prática comum entre os professores. O mais importante é a autonomia do professor em questão: ele sente a necessidade de desenvolver materiais em qualquer contexto, mesmo havendo empecilhos (a falta de fornecimento de fotocópias, por exemplo).

4.4 Você utiliza livro didático? Qual (quais)? Alguma vez já utilizou livro didático? Descreva a experiência.

Apenas P1 respondeu “não”. Ao justificar sua resposta, ele diz:

Excerto 6

Pois o livro didático não tem o conteúdo do currículo mínimo que deve ser ensinado. Utilizei no primeiro mês de aula, mas percebi que não tinha o conteúdo necessário e que os alunos não levavam o livro para a escola. Há desinteresse dos alunos com relação ao material. Muitas vezes, nem o material necessário (lápiz, borracha) levam para a escola (P1 – questionário).

A não consonância LD – documentos oficiais⁸ é uma problemática à parte e a resposta da professora serve para corroborar a questão. Em relação ao “desinteresse do aluno em relação ao material”, é uma ocorrência frequente, infelizmente. Além dos problemas trazidos por P1, alguns alunos alegam que eles têm muitos livros para transportar e a mochila fica pesada, deixando o LD em casa e dando uma série de desculpas ao(a) professor(a).

4.5 Você utiliza livro didático? Qual (quais)? Se você respondeu SIM: Quem o escolheu? Como foi feita a escolha? Descreva como foi o processo; Quais os critérios usados para a escolha?

A maioria dos entrevistados alega usar, de alguma forma, o LD em suas escolas. P2 relata: “Na Rede Estadual, utilizo o Way To Go, na rede municipal, utilizo Zip FromZog e Interaction ED”. À resposta sobre quem escolheu o LD, ele diz:

Excerto 7

Na Rede Estadual, foi a equipe de Inglês e no município foi a própria Secretaria de Educação; Na Rede Estadual, nos reunimos e cada um levou um exemplar pra casa das opções disponíveis, e nos encontramos novamente e fizemos a escolha. No Município, não há opção de escolha; Verificamos, na Rede Estadual, quais os MD abordam de forma mais relevantes os gêneros textuais, como a estrutura da língua é trabalhada e como viabilizar o trabalho com a oralidade em sala de aula (P2 – questionário).

P2, mais uma vez revela que “não há opção de escolha” em se tratando do LD. Até este ponto, esse engessamento do trabalho do professor, como a utilização do LD como programa de curso, a não opção de escolha do LD e a sua obrigatoriedade, está mais vinculada às amarras da própria “Secretaria de Educação” do que o LD em si. Na rede estadual, como foi possível levar um exemplar para casa, para uma análise mais demorada, pode ser um item que evita a avaliação impressionista dos materiais. Quando se refere a “como a estrutura da língua é trabalhada”, P2 não deixa claro o que ele entende por língua; contudo, acredito que ele tenha uma abordagem discursiva, pela menção do termo “gêneros textuais”. Fato positivo é o critério utilizado, tendo a

⁸ A partir do PNLD 2020, com a implementação da BNCC, todas as coleções submetidas ao Programa devem atender às habilidades e competências previstas pela Base. Caso contrário, a coleção não é aprovada.

preocupação sobre “como viabilizar o trabalho com a oralidade em sala de aula”. Isso demonstra que a oralidade em inglês não precisa ser tachada como *impossível*, possibilitado planejamento e engajamento por parte do professor. P3 relata:

Excerto 8

Já utilizei em outra escola. Não gostei muito da experiência, pois eram materiais que não possuem atividades e temas relevantes para desenvolver temas pertinentes àqueles alunos específicos. Além disso, as atividades eram além da realidade que os alunos vivenciavam. Muitos nunca tiveram contato com o inglês e tinham exercícios e textos de níveis avançados (P3 – questionário).

Temas que fogem à realidade dos alunos também não são novidade no uso de LD. Afinal, cada aula é única, cada aluno é diferente, tornando as salas de aulas bem heterogêneas. O Guia do PNLD se diz estar preocupado com essas questões ao aprovar ou reprovar obras candidatas ao edital. Acredito, no entanto, que o professor esteja se referindo ao nível linguístico destoante entre LD e alguns alunos. Ele poderia ter utilizado, neste caso, materiais que complementassem o LD. Como pontua Dias (2009), o professor pode preencher as lacunas encontradas com material complementar de sua própria produção, ou com materiais fotocopiáveis ou ainda com os recursos da *Internet* caso isso seja possível em seu contexto de atuação (p. 202). O que, na verdade, P3 revela já fazer atualmente ao responder que tipo de materiais didáticos ele usa em suas aulas, o que nos leva a concluir que, naquele caso, ele não queria utilizar o LD de maneira nenhuma.

P4 diz: “Sim. Utilizo o ‘Alive’ e o ‘It Fits’”. Confesso que não gosto muito desses livros, pois são muito engessados”. Curiosamente, ele utilizou o mesmo termo que Ramos (2011) ao se referir ao uso do LD: “em muitos casos, moldam ou ainda “engessam” o que deve acontecer na sala de aula” (p. 173). P4 diz que: “Esses livros foram escolhidos pela Regional. Os livros que tínhamos escolhido não foram enviados para a escolha”, o que é um acontecimento absurdo. Qualquer que seja o motivo, o professor é responsável pela escolha. A “regional” deve fiscalizar e dar suporte para neutralizar fraudes e evitar que incidente como esse não aconteça. Outro infortúnio é descrito no seguinte relato:

Excerto 9

A escolha, por exemplo, deste ano, foi baseada nos livros que mais se aproximavam da realidade social dos alunos e que tivessem uma linguagem acessível. Cada editora enviou sua coleção, tivessem acesso a todas as séries/níveis, e a escolha foi baseada na troca de experiências e na recusa de edições passadas, que, segundo a opinião de alguns colegas, era muito maçante, repetitivo, desinteressante (P4 – questionário).

A Portaria Normativa MEC nº 7, de 5 de abril de 2007⁹ estabelece normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro que devem ser observadas pelos agentes envolvidos na escolha do livro. As editoras, portanto, são proibidas de ingressar nas dependências da escola; manter qualquer tipo de contato com os funcionários da escola; e participar de eventos das escolas e secretarias destinadas à realização da escolha. E à escola não é permitido aceitar vantagens oferecidas pelos editores e seus representantes. Infelizmente, situações como essa parecem ser comuns.

P4 também demonstrou interesse em escolher LD que atendam à realidade dos alunos:

Excerto 10

Buscamos não escolher livros que focassem muito em conteúdos gramaticais, listas de verbos, atividades de repetição, pois acreditamos que esses materiais não auxiliam o aluno a se interessar pelo inglês, afastando-os cada vez mais do ensino-aprendizado de língua estrangeira. Buscamos o livro que trabalhasse com

⁹ Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao> Acesso em 05/09/2016.

leitura, gêneros textuais e conteúdos midiáticos, com o intuito de que o ensino fosse significativo, ou seja, que fizesse sentido no dia-a-dia daqueles alunos. Livros que dispunham de conteúdo digital tiveram preferência (P4 – questionário).

O P5 responde à pergunta: “Quando a escola recebe sim” e alega que os professores são responsáveis pela escolha. Ele diz que: “Cada professor anota numa planilha sua escolha e o mais votado é adotado”, sem, contudo, revelar qual (quais) são os LD. Outro incidente é exposto quando é dito que “quando a escola recebe, sim [uso]”. A escola deve receber os LD já que o PNLD deve garantir a distribuição das coleções gratuitamente nas escolas.

P6 assim responde: “Sim. Na escola particular, as apostilas da editora Abril”. Seria outra discussão em se tratando de apostilas, talvez em outro momento, mas este professor as caracteriza como LD. Apostila é um material didático, certamente, porém não o considero um LD. A questão é a discussão proposta por Souza (2011) em relação ao caráter de anonimato do autor de livros didáticos. Muitos livros didáticos acabam sendo reconhecidos não por seus autores, mas por seu título ou mesmo pela editora. Nesse caso, P6 cita a editora Abril, bem famosa, e não o autor. Não se sabe se essas apostilas têm um título, como *Alive* ou *It Fits*. Contudo, ele continua: “Na escola pública [uso] a coleção *Vontade de saber Inglês. As escolas escolheram*”. Outra vez, à professora foi vedada a oportunidade de participar da escolha do LD, ficando a cargo das “escolas escolherem”. Para a pergunta “quais foram os critérios usados para a escolha” obtive a resposta “Não sei”. Todavia, trago à reflexão para o fato de P6 não saber os critérios adotados para esses LD em específico, não signifique que ele não saiba escolhê-los. Novamente, ele não foi convidado pelas escolas para participar do processo de escolha e, provavelmente, seus colegas também não.

P7, sucinto, diz: “Sim. Livros do PNLD”. É importante observar que esse professor é o único que cita o Programa. Ele revela não ter feito parte da equipe que escolheu os LD e optou por não descrever os critérios utilizados na escolha.

P8 tem uma narrativa bem mais extensa, a despeito de dizer que raramente usa os LD. Ele diz que:

Excerto 11

Em [município] não fiz parte da escolha, pois comecei a trabalhar na escola esse ano, mas ouvi das professoras que essa escolha não cabe a elas, mas sim à Secretaria de Educação. Em [cidade], as professoras do Ensino Médio decidiram em conjunto (P8 – questionário).

Como se pode perceber, ao longo desta análise, muitas vezes as secretarias estaduais e municipais têm atitudes controladoras. Nesse caso, o município em questão dita qual LD utilizar. De acordo com o professor, eles utilizam o “*Way to English*” no município e “*High Up*” no estado, livros aprovados pelo PNLD, mas não é evidente se a professora tem posse dessa informação. Em relação ao processo de escolha, o P8 relata:

Excerto 12

Em [cidade], analisamos os livros que chegaram até a nossa unidade para escolha de forma individual, depois, quando nos encontrávamos, compartilhávamos nossas impressões sobre os materiais (professora P8 – questionário).

Avalio positivamente a prática do professor e seus colegas. Dessa forma, parece um momento pedagógico rico, ao dividirem as suas considerações com os colegas. Em relação a essas “impressões”, que não ficou explícito quais eram, podemos percebê-las na resposta em relação aos critérios utilizados:

Excerto 13

Pensávamos muito em se os alunos conseguiram realizar as atividades, o nível de Inglês utilizado no material, se os alunos conseguiram entender o que era pedido nos exercícios e as explicações contidas no livro. Outro critério utilizado foi o fato de uma das professoras já utilizar o material na rede privada e já ter boa parte de exercícios extras e provas feitas com base no livro que escolhemos. Hoje, percebo que a escolha foi péssima. Poderíamos ter escolhido um outro material que nos auxiliasse melhor e não que “facilitasse” o nosso trabalho apenas, pois, isso acabou não ocorrendo, uma vez que as realidades são muito diferentes (P8– questionário).

Nessa resposta, há algumas variantes importantes na escolha do LD: consonância entre os níveis dos alunos e LD; experiência em outros contextos; e a não necessidade de desenvolver outros materiais, já que tinham um pequeno arsenal “pronto”. O professor descobriu que, na prática, utilizar o critério “já tenho material pronto” muitas vezes não funciona tão bem ao dizer: “*Hoje, percebo que a escolha foi péssima*”, alegando a diversidade de contextos. Ainda em seu relato, P8 diz que sente a necessidade de explicitar melhor o porquê de usar o LD raramente:

Excerto 14

Digo isso porque em ambas as unidades [município e estado] os livros ficam na escola, pois não tenho livro disponível para todos os alunos. Isso já me impede de realizar um trabalho contínuo, já que os alunos não têm contato com os livros quando não os levo para a sala de aula (P8 – questionário).

Essas questões trazidas pelo professor caracterizam outra situação delicada no que tange ao manuseio e à distribuição do LD. Os LD de LEM são os únicos considerados consumíveis¹⁰ e os alunos podem, sim, levá-los para casa. Assim como escrever e fazer anotações neles. Se não há livros em quantidade suficiente para os alunos, houve um problema na distribuição. O número de LD deve ser distribuído a partir da quantidade de alunos na escola, de acordo com o PNLD.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta seção, analiso as respostas dos professores e professoras fornecidas por meio da entrevista, considerando a necessidade de complementar os dados gerados com o primeiro instrumento (questionário). Ressalvo que P3, P5, P6 e P9, infelizmente, não participaram dessa etapa.

5.1 A entrevista de P1

Mesmo informando, no questionário, que não usa o LD, assumo que P1 passou pelo processo de escolha do mesmo em sua escola. Foi uma assunção correta, porque o entrevistado afirmou que escolheu, sim. Perguntei, então, quais foram os critérios utilizados na escolha e obtive a seguinte resposta:

Excerto 16

Se não me engano, foram três opções que elas deram e aí eu falei que era aquele. Aquele era melhor. Porque eu dei uma olhada naquele livro e, na verdade, eu já sabia sobre ele, né, que outras escolas estaduais já adotavam... e aí, eu ah, esse aí é o único que eu já ouvi falar, os outros eu nem tinha ouvido falar. Porque, na verdade, eu tinha pouco tempo de ensino médio, de estado, né. Então eu não tinha muita experiência, não. Aí, o que eu ouvi falar... ah, eu vou adotar esse também. Eu acho que até cheguei a

¹⁰ A partir do PNLD 2018, entretanto, todos os LD, incluídos os de LEM, passam a ser não-consumíveis, ou seja, os alunos não podem escrever no livro.

folhear algumas páginas, mas não foi uma coisa com muito cuidado, critério, muito pensado, não, sabe? Foi bem, de uma forma bem... falei, ah, vai esse mesmo, que esse eu já ouvi falar, entendeu? (P1 – entrevista).

O primeiro dado informado, ou seja, o fato da opção de escolha ter sido reduzida a três, já configura uma inconsistência de acordo com a proposta do PNLD. Ao professor devem ser dadas todas as opções de LD aprovados no Programa (no caso, cinco coleções). O professor, dessa forma, demonstra em sua resposta que utiliza o critério mais comum ao se avaliar um material: a avaliação impressionista (CUNNINGSWORTH, 1995). Ele folheou algumas páginas, mas sem muito critério. Outros dois critérios depreendidos da resposta do participante foram: a familiarização com o material e experiência. No primeiro caso, P1 se aproveitou de ser uma coleção famosa na rede e, dessa forma, pôde confiar nessa espécie de imaginário coletivo de que esse LD é bom: afinal, ele é conhecido e todos usam. Logo, o professor não precisou elencar nenhum outro critério mais aprofundado por conta própria. O critério da experiência, na verdade, contribuiu negativamente para a elaboração de critérios mais sistemáticos, segundo o próprio professor. Diante dessas respostas, pode-se concluir que não existiram critérios claros e bem definidos, no que tange à escolha do LD feita no contexto desse entrevistado.

Para finalizar a análise da entrevista com P1, fiz a seguinte pergunta: *Você conhece o PNLD? Se sim, pode comentar sobre?* Ele se mostrou bastante constrangido ao responder que não sabia falar sobre o Programa. Em meio a muitas risadas, tentou justificar sua falta de aprofundamento no PNLD, com alguns comentários jocosos, do tipo “que tipo de professor sou eu?!”. Como o objetivo definitivamente não é de querer fazer qualquer juízo de valor sobre o colega, respondi que ele não está sozinho. De fato, infelizmente, a discussão sobre o PNLD parece não ter sido incorporada na fala dos professores de uma maneira geral. Isso resulta na resposta negativa do professor: ele já ouviu falar, mas não tem propriedade para discutir e, conseqüentemente, refletir sobre os benefícios que o Programa pode trazer.

5.2 A entrevista de P2

P2 demonstra ter uma percepção mais branda no que diz respeito aula pertencer a uma política pública. Destarte, ele cita o PNLD, o que demonstra um pouco mais de conhecimento sobre o assunto do que P1. A primeira pergunta foi a seguinte: *Na rede estadual, você participou da equipe de escolha, correto? Poderia comentar mais acerca dos critérios que você e seus colegas utilizaram para selecionar o livro?* E obtive a seguinte resposta:

Excerto 17

(...) o primeiro critério foi a questão da... como criar condições para desenvolver a interação em sala de aula, né... então, isso foi o primeiro critério, né. Acho que o segundo critério que nós tivemos também é... qual material, ele faz mais sentido pro aluno, é... no sentido que, né... o que que é mais significativo pro aluno aprender, né. Então a gente vai- a gente foi procurar nesse material didático aquilo que era mais próximo da realidade do aluno, né. E alguns colegas pontuaram a questão da abordagem, da questão da gramática, né, da forma. Então a gente pensou qual o material didático que proporcionaria um conteúdo, né, em que o aluno pudesse desenvolver muito mais a oralidade, a gramática através da oralidade (P2 – entrevista).

Nessa resposta, percebe-se uma gama de critérios definidos bem maior do que foi depreendido do entrevistado anterior. Apenas nessa resposta, pode-se traçar um perfil desse professor: ele acredita no aprendizado através da interação entre os alunos e provavelmente está atento às necessidades reais dos mesmos. Também é possível dizer

que o entrevistado tem o objetivo primordial de trabalhar a oralidade. Na pergunta posterior, inclusive, ele defende sua preferência ao trabalhar com a oralidade, criticando os PCN que, segundo ele, tem o foco na leitura. O professor diz ser totalmente possível e muito importante o trabalho com a oralidade na sala de aula da rede pública.

Como já foi mencionado, P2 trabalha na rede estadual e municipal. Então, fiz a seguinte pergunta: *Como você avalia o fato de o livro não poder ser escolhido pelos professores no município?* Ele responde:

Excerto 18

Eu acho que não poder escolher um livro didático é um problema mais político, né. De uma proposta fechada de educação, de trabalho com a língua inglesa que o município tem, né. (...) E, na prefeitura, né, no município, é... o programa que antigamente era um programa com um método já fechado, uma abordagem mais fechada, ele tá sendo reeditado, reestruturado, porque não tem verba. Então, num futuro próximo, eu acredito que voltaremos a ter a opção de trabalhar com o PNLD. Bem, eu particularmente acredito que o PNLD é um avanço na questão da elaboração dos materiais didáticos, né. Diferente do método fechado que a prefeitura (município), ela obrigava os professores a colocarem em prática. Era um método em que o professor, ele não desenvolvia sua autonomia, não tinha sua autonomia garantida. Então, não tinha muita interação entre o corpo docente, não tinha trabalho de comunidade de prática, era um trabalho totalmente verticalizado de cima pra baixo (professor P2 – entrevista).

Como se pode ver, de acordo com esse professor, ter o poder de escolha de um determinado LD é um ato político. O fato de não ter esse papel revela um sistema perverso de educação, traçado de cima para baixo. Isso afeta, então, a autonomia do professor, a interação entre o corpo docente e não incentiva o trabalho colaborativo entre os mesmos. Comparando com a rede estadual, ele acredita e anseia para que o PNLD, que é tido como um avanço em suas próprias palavras, também incorpore a rede municipal em que ele leciona.

5.3 A entrevista de P4

Esse professor encontrou sérios problemas com os LD escolhidos por ele e seus colegas. As coleções enviadas foram diferentes da escolha feita inicialmente o que causou insatisfação no corpo docente. No que tange aos critérios utilizados pelo P4, farei um breve resumo de duas longas respostas que ele forneceu. Ao ser questionado sobre o motivo pelo qual considera as coleções *Alive!* e *It Fits* engessadas, o professor acaba listando os pontos que ele considera necessários em um LD. Então, segundo ele: 1) a língua deve ser lida de forma prática; 2) a língua deve ser utilizada em situações reais de uso, fazendo sentido para o aluno; 3) o livro deve trazer assuntos que promovam discussões sociais como a homoafetividade e os novos conceitos de família; 4) a multiculturalidade deve ultrapassar os padrões clássicos; 5) o material deve ter aspectos de ensino baseado em tarefas, como receber um turista; 6) o livro deve ter um *layout* atraente; e 7) o livro deve trazer situações, frases, tópicos e conceitos que façam sentido para os alunos. Esses dois últimos critérios foram os decisivos para a escolha do LD que acabou não chegando à escola de P4. Outro critério utilizado e, já fornecido no questionário, foi o fato de os LD com conteúdos midiáticos terem preferência, já que sua realidade permite que ele e os colegas desenvolvam um trabalho que exige certos equipamentos e acesso à *internet*.

Ao ser questionado sobre o PNLD, o professor demonstrou bastante segurança ao comentar suas principais características. Ele faz uma crítica ao Programa, alegando que o mesmo acabou tornando os LD muito hegemônicos, já que têm que atender ao país

inteiro. Contudo, no geral, ele acredita que o PNLD é um avanço e uma proposta muito interessante.

5.4 A entrevista de P7

P7 não teve muita experiência, no que diz respeito à escolha dos livros da escola em que leciona. Ele alega que ambas as escolas em que trabalhou já estavam com o material escolhido em curso. Ao ser questionado sobre os critérios utilizados, o professor diz não fazer ideia de quais foram. Contudo, ele faz uma projeção, a meu pedido, sobre quais critérios ele usaria, caso tivesse chance. Diz ele:

Excerto 19

Mas os critérios que eu usaria, seriam os critérios de... é... acho que de observação do livro de ver o que eles propõem. Eu acho que, não só os conteúdos, mas como os conteúdos são abordados, é... que tipo de temas eles trabalham, que tipo de temas eles apresentam, os conteúdos... os projetos, né, os recursos que eles trazem para os docentes, sejam recursos de áudio, de vídeo, mas de sites também, como que eles constroem o conteúdo, né. Eu acho que seria mais nesse sentido (P7 – entrevista).

Apesar de ser uma resposta com critérios bem gerais, ele faz o esforço de pensar em algum, o que considero uma atitude louvável. P7 também demonstra conhecer satisfatoriamente o PNLD e o considera muito bom e eficiente. Ele, inclusive, tem ciência da triagem rigorosa pela qual os livros passam e elogia a relação entre a universidade e a escola, proporcionada pelo Programa.

5.5 A entrevista de P8

Ao ser indagado sobre a escolha do LD, P8 estendeu sua resposta fornecida no questionário, dizendo que o fator principal foi ter sido que outra professora, sua colega, já conhecia o material e tinha muitas atividades preparadas. Ele relata que as colegas, mais experientes na profissão, não deram oportunidade de voz a ele e que foi quase uma “imposição” escolher aquele livro. Nesse caso, o fator experiência superou qualquer outra discussão sobre critérios de escolha. O professor, então, adiciona à lista de critérios usados na escolha a quantidade de textos e como esses são apresentados. Ele diz:

Excerto 20

Alguns livros, por exemplo, alguns que a gente tem visto, o Way to Go, teve também, tem também um outro livro que eu não consigo lembrar... Ah! O Alive!. Eles trazem textos, às vezes, muito grandes que fogem um pouco da realidade do que a gente sabe a gente consegue fazer com os alunos do Ensino Médio e do Fundamental, também. Vou citar um exemplo: os livros do oitavo e do nono ano, eles apresentam contos de quatro páginas, três páginas... que pensando, também, não só na questão de nível de conhecimento de língua, mas também na questão do tempo, mesmo, já que a gente só tem duas aulas semanais em cada turma. Então seria inviável trabalhar dessa forma, com esses textos (P8 – entrevista).

Logo, mesmo que o critério presença de texto seja satisfatório, o próprio texto tem alguns requisitos a cumprir: deve estar dentro da realidade dos alunos (níveis temático e linguístico) e não ser extenso demais, por conta da carga horária da disciplina. Outro fator que interessa ao professor é a presença de textos de provas do ENEM e a diversidade de gêneros textuais, como se vê no seguinte excerto:

Excerto 21

Então, geralmente, se tem uma tirinha, se tem um quadrinho, se tem música, se tem poesia. Esses são os mais, o que chamam mais os nossos olhos. E como eles são apresentados, a forma. Por exemplo, às vezes tem um livro que é todo em inglês, mas a parte sistêmica, por exemplo, é mais bem explicada, às vezes

aparece até em português. Então a gente acha que vai ser mais fácil pra conseguir coordenar tudo e passar determinado conteúdo. A gente discute bastante sobre isso, também, como que esses textos, esses exercícios são apresentados. Se às vezes, o exercício depende- às vezes o texto é em inglês, mas as perguntas são em português. Isso já chama bastante nossa atenção (P8 – entrevista).

Como se pode perceber, a interferência da língua materna não é um problema; pelo contrário, P8 e seus colegas discutem sobre isso, o que acaba tornando o uso do português um critério ao se adotar um livro.

Finalmente, assim como o P4, o critério de *layout* também se apresenta na fala do professor. Segundo ele, a diagramação e o aspecto visual do material são essenciais e interferem no ensino-aprendizado do aluno. Ele diz o seguinte:

Excerto 22

A gente começou a reparar que as letras começaram a vir, nesse último, bem pequenininhas, tudo bem enxuto, tudo muito bagunçado, bagunçado, assim, tudo parece que tá tudo tão juntinho que, trabalhando, já, com língua estrangeira, com algo que pra maioria dali dos nossos alunos, do meu contexto é desconhecido. Pra eles é chato, é cansativo e, considerando que as aulas de inglês, às vezes, são depois das aulas de matemática, de português, disciplinas que eles têm mais tempo, com a carga horária maior, quando a gente começa a ter um livro que nem visualmente é atrativo, a gente já descarta aquela opção (P8 – entrevista).

Para simplificar os critérios apresentados pelos professores, tanto na entrevista, quanto no questionário, organizei o seguinte quadro:

Quadro 1: Critérios para a adoção de um LD

Professor	Critérios para a adoção de um LD
P1	-Os conteúdos (inclusive os gêneros textuais) devem ter consonância com o currículo mínimo; -Assuntos que despertem a atenção dos alunos; -Familiaridade com o material; já ter tido contato prévio com o mesmo; -Avaliação impressionista (folhear de páginas).
P2	-O material deve criar condições para desenvolver a interação na sala de aula; -Deve proporcionar um aprendizado significativo; ser próximo da realidade dos alunos; -Deve ajudar a desenvolver, primordialmente, a oralidade.
P3	-O material deve atender a propósitos comunicativos; -O material deve ter temas e atividades relevantes para os alunos; -O material deve apresentar um conteúdo linguístico condizente com o nível dos alunos.
P4	- A língua deve ser utilizada em situações reais de uso, fazendo sentido para o aluno; -A multiculturalidade deve ultrapassar os padrões clássicos; -O material deve apresentar a língua de forma prática; -Deve trazer assuntos que promovam discussões sociais; -Deve ter aspectos de ensino baseado em tarefas; -Deve ter um <i>layout</i> atraente; -Deve apresentar conteúdos midiáticos.
P5	-O material deve servir de base para o planejamento dos bimestres.
P6	-O material deve servir de base para o planejamento dos bimestres; -O material deve ter consonância com o currículo mínimo; -A editora deve ser conhecida.
P7	-Observação do que os livros propõem; -Observação de como os conteúdos são abordados; -A oferta de material pedagógico para o professor.
P8	-A familiaridade com o material; -A presença de textos variados; -A presença de gêneros textuais variados; -Elementos que auxiliem no ENEM; -O uso da língua materna; -A diagramação deve ser atrativa e organizada.
P9	Insuficiência de dados.

Fonte: Informações organizadas pelo autor.

É importante salientar que os critérios listados acima foram extraídos, tanto de forma explícita da fala dos professores, quanto ao longo da entrevista. Isso é dizer que mesmo que o tópico em questão fosse os critérios adotados, os professores acabaram por explicitá-los, sem perceber tal atitude.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das respostas dos professores, é possível constatar a grande diversidade de contextos de tratamento dado ao LD que existe no ensino público do Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, até o próprio fato de usar ou não um LD não é consensual entre os professores. Existem os que assumem que usam o LD (P2, P3, P4, P5, P6 e P7); aqueles que alegam usar raramente (P8) e aqueles que dizem preferir não usar (P1 e P9). Contudo, com a consolidação do PNLD, especialmente a partir de 2011 para as LEM, a presença do LD é uma realidade das escolas públicas atualmente. Tal presença, então, adiciona mais uma tarefa à profissão docente: escolher o LD.

Alguns professores se mostraram mais familiarizados com essa tarefa de escolher um LD (P2, P4 e P8), apresentando critérios mais bem definidos, de acordo com sua realidade. Outros, não expuseram tanta solidez (P1, P3, P5, P6, P7 e P9), seja por falta de oportunidade (P3 e P7) ou por já não considerar que o trabalho com um LD seja relevante (P1 e P9), devido aos seus respectivos contextos.

Entretanto, os livros foram escolhidos, mesmo que não usados, e critérios foram utilizados. De acordo com a tabela acima, pode-se verificar a pluralidade dos mesmos. Ainda assim, existem alguns em comum: a familiaridade com o material (P1 e P8); uma boa diagramação/layout (P4 e P8); assuntos que façam sentido para os alunos (P2 e P4); e o material deve servir de base para o planejamento dos bimestres (P5 e P6).

Dessa forma, avaliar e selecionar um LD não são tarefas fáceis e não podem ser feitas de forma impositiva (por colegas mais experientes ou editoras oferecendo vantagens à comunidade escolar), nem de forma rápida. Avaliar um LD requer reflexão, trabalho em equipe, seleção de critérios bem definidos, decisões autônomas por parte do professor familiaridade com os documentos oficiais (PCN, currículo mínimo, os editais do PNLD e BNCC).

As repostas dos professores representam realidades com as quais outros colegas, potenciais leitores desse trabalho, possam se identificar. Refiro-me, por exemplo, ao completo desinteresse por parte dos alunos pelo material, como relatado pelo P1. P2, por sua vez, relembra que é um ato político poder escolher o LD que será usado em sua sala (claro, em contexto de rede pública). P3, em sua realidade privilegiada, consegue trabalhar as 4 habilidades, optando por selecionar atividades advindas de livros de editoras estrangeiras. P5 sofre com a inconstância de recebimento de LD em sua escola. O P6, por sua vez, não costuma ter oportunidade de escolha (tarefa centralizada pela instituição) e o P7 sequer teve a experiência de escolher qualquer LD, devido a seu pouco tempo de atuação na rede pública e falta de sorte. P8 passa por um problema com os colegas mais experientes que, geralmente, impõem sua opinião ao selecionar o LD e, finalmente, P9, que alega preferir não usar o LD, devido à defasagem de aprendizagem dos alunos.

Os relatos dos professores apresentados anteriormente significam dizer que as instituições de nível superior têm uma tarefa essencial em se tratando de LD uma vez que o PNLD é proveniente de uma política de estado e traz a realidade da presença de

um LD nas escolas brasileiras. Logo, as IES precisam assumir essa responsabilidade de incluir em seus currículos, de forma sistemática, as discussões sobre esse tema desde a graduação. Cabe aos professores, também, manterem-se atualizados acerca das discussões que envolvam o LD. Dessa forma, espero ter contribuído satisfatoriamente para a área, a fim de que outros interessados sejam inspirados a dar continuidade aos estudos acerca do LD, especialmente na rede pública.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>. Acesso em 16 mar. 2017.

BRASIL. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2017**: Língua Estrangeira Moderna. Brasília: MEC/SEF, Brasília, DF, 2016.

CORACINI, M. J. R. F. (org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**: língua materna e língua estrangeira. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2011.

CUNNINGSWORTH, A. **Choosing your Coursebook**. Macmillan Heineman, 1995.

DIAS, R. Critérios para a avaliação do livro didático de Língua Estrangeira. In: DIAS, R.; CRISTOVÃO, V. L. L. (org.). **O livro didático de língua estrangeira**: múltiplas perspectivas. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 199-234.

RAMOS, R. C. G. O livro didático de língua inglesa para o Ensino Fundamental e Médio: papéis, avaliação e potencialidades. In: DIAS, R. e CRISTOVÃO, V.L.L. (org.). **O livro didático de língua estrangeira**: múltiplas perspectivas. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 173-198.

SANTOS JORGE, M. L.; TENUTA, A. M. O lugar de aprender língua estrangeira é a escola: o papel do livro didático. In: LIMA, D.C. **Inglês em escolas públicas não funciona?** Uma questão, múltiplos olhares. São Paulo: Parábola, 2011. p. 121-132.

SILVA, R. C. Pesquisas sobre livros didáticos de línguas: reflexões. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA. Uberlândia. **Anais do SILEL**. vol.3, n.1, p. 1-9, 2013.

SOUZA, D. M. Autoridade, autoria e Livro Didático. In: CORACINI, M. J. R. F. (org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**: língua materna e língua estrangeira. 2ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2011. p. 27-31.

TILIO, R. C. **O livro didático de inglês em uma abordagem sócio-discursiva**: culturas, identidades e pós-modernidade. 2006. 258 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2006.

TILIO, R. C. O Livro Didático no ensino de línguas: caracterização do objeto, função e critérios de escolha. In: BARROS, A. L. E. C.; TENO, N. A. C.; ARAÚJO, S. D. (org.) **Manifestações**: ensaios críticos e ensino de línguas. Curitiba: Appris, 2016. p. 215-237.

TOMLINSON, B. Introduction: principles and procedures of materials development. In: TOMLINSON, B. (Editor). **Materials Development in Language Teaching**. 2. ed. Cambridge: CUP, 2011. p. 1-34.

VILAÇA, M. L. C. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades e papéis. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. VIII, n. XXX, p. 1-14, jul./set., 2009.

VILAÇA, M. L. C. Materiais didáticos de língua estrangeira: aspectos de análise, avaliação e adaptação. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 8, n. 32, p. 1-12, jan./mar., 2010.

Artigo recebido em: 12/05/2023

Artigo aprovado em: 07/07/2023

Artigo publicado em: 18/08/2023

COMO CITAR

GONÇALVES, A. R. P. Avaliação e uso do livro didático de língua inglesa: o olhar de professores da rede pública de ensino. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 12, p. 1-20, e02321, 2023.